

# CAMINHOS CONVERGENTES

ESTADO E SOCIEDADE  
NA SUPERAÇÃO  
DAS DESIGUALDADES  
RACIAIS NO BRASIL

ORGANIZADORAS  
MARILENE DE PAULA  
ROSANA HERINGER

7

---

POLÍTICA NEGRA E  
DEMOCRACIA NO BRASIL  
CONTEMPORÂNEO:  
REFLEXÕES SOBRE OS  
MOVIMENTOS NEGROS

MARCIO ANDRÉ DE O. DOS SANTOS

■■ HEINRICH  
BÖLL  
STIFTUNG

**act:onaid**



# POLÍTICA NEGRA E DEMOCRACIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: REFLEXÕES SOBRE OS MOVIMENTOS NEGROS

MARCIO ANDRÉ DE O. DOS SANTOS<sup>1</sup>

**Dedico este texto a Lenora e Zeca, militantes negros  
que dedicaram suas vidas à defesa da liberdade.**

## INTRODUÇÃO

Os movimentos negros são considerados um dos mais importantes movimentos sociais no cenário político-institucional brasileiro. Em plena transformação, este movimento social tem apontado tanto para as falhas e incoerências na democracia atualmente existente quanto para as incoerências de uma sociedade profundamente marcada pelo racismo institucional e pela discriminação racial. O estudo dos movimentos negros

---

1 Doutorando em Ciência Política no IUPERJ; mestre em Ciências Sociais pela UERJ.

aponta para determinados limites de suas configurações e dinâmicas internas, ao mesmo tempo em que revelam uma crescente capacidade de dialogar e atuar junto aos poderes estatais e com o conjunto da sociedade civil e, inclusive, com instâncias globais de proteção dos direitos humanos. No entanto, uma série de questionamentos e indagações precisa ser feita no sentido de entender melhor seus objetivos, metas e perspectivas. No meu entender tais perguntas precisam romper com os atuais paradigmas interpretativos e alargar sua abrangência para outros campos de investigação como a psicologia social, o direito e a pedagogia crítica.

Por outro lado, há que se entender a singularidade dos movimentos negros – se é que podemos assim dizer – a partir de uma configuração de outras forças políticas, sociais e culturais existentes na sociedade e da própria resistência estatal frente às demandas deste movimento. O *mito da democracia racial* foi oficialmente deslegitimado, porém permanece uma realidade no *corpus* institucional de todo o país: escolas, departamentos públicos, instituições sociais, universidades, etc. Como afirma Koopmans (2004), a *contestação*<sup>2</sup> é sempre um processo de múltiplos atores que não podem ser compreendidos adequadamente focando a atenção em um só ator coletivo. Isso reduziria o grau de complexidade presente em suas dinâmicas de interação. Em outros termos, a interação entre os atores coletivos, inclusive o Estado, é fundamental no entendimento de sua evolução, limites e horizontes.

## O QUE É UM MOVIMENTO SOCIAL?

O que move um movimento social, qual seu motor, o que o faz existir? O que o diferencia de outras dinâmicas mobilizatórias, de outras ações ou demandas coletivas? O que visam: mudar a sociedade, criar novos valores éticos, comportamentais, culturais... fazer a revolução? Cientistas sociais se colocaram estas questões ao longo de praticamente todo o século 20 e mesmo agora, no início do século 21, não há um consenso

---

2 O termo utilizado pelo autor é *contentious*. *Contentious* também pode significar contenção, combate, dentre outros. Possivelmente Koopmans pega este termo de empréstimo de Charles Tilly e Sidney Tarrow do livro *Contentious Politics*.

sobre isso. Na verdade, de acordo com os principais intérpretes dos movimentos sociais cada época, cada contexto e seus momentos políticos determinados produzirão maneiras diferentes de olhar para este fenômeno, particularmente o *lugar social* ocupado pelo pesquisador(a) no momento em que observa.

Sem a pretensão de estabelecer uma definição abrangente, podemos dizer que, regra geral, um movimento social é assim descrito quando exige ao Estado ou ao poder público mudanças no ordenamento social via políticas sociais e de acordo com regras consensualmente definidas no âmbito de sociedades democráticas. Neste sentido, movimento social significa diretamente ação *contra* o Estado ou, mais propriamente, ação *junto* ao Estado. Tais exigências podem assumir e geralmente assumem um sem número de formas: subversão temporária da ordem estabelecida, revoltas, negociações e arranjos de vários tipos, cooptação de lideranças populares nos aparatos burocráticos, revolução e, no limite, a extinção ou *institucionalização* do movimento. O contexto brasileiro das últimas duas décadas sugere que as relações entre os movimentos sociais e o Estado traduzem-se mais no segundo tipo, ou seja, em ações *junto* ao Estado, de construção de parcerias visando objetivos diversos.

Os movimentos sociais se constituem a partir de pautas reivindicativas ou eixos mobilizatórios específicos. Suas causas podem abarcar um ou mais eixos simultaneamente ou mesmo um tema abrangente como a busca por justiça social ou igualdade de direitos. Por exemplo, um movimento social voltado à defesa dos interesses de empregados sem garantias trabalhistas; populações indígenas; sem-tetos; sem-terras; desempregados; favelizados; negros; mulheres, etc. Teoricamente, tais movimentos sociais demandam ao Estado e ao conjunto da sociedade mudanças substantivas ou pontuais quanto à situação atual de subalteridade frente a outros grupos.

A fim de melhor ilustrar essa imagem, tomemos o movimento social dos sem-terra. Qual sua razão de ser? O que pretendem, o que visam e como buscam? Grosso modo, buscam ter acesso à terra e condições satisfatórias de produção, bem como aumento de créditos bancários e mudanças gerais nas políticas sobre a agricultura. Por outro lado, o movimento dos sem-terra pode ser subdividido em vários segmentos, interesses, escopos de ação e maneiras de agir. Desde aqueles cujas

reivindicações podem ser vistas como mais imediatas, prioritárias – como acesso direto à terra e condições de cultivo – até aqueles cuja fonte mobilizatória é uma mudança generalizada e profunda nas políticas sobre o campo. Deste ponto de vista, este segundo segmento não reivindica somente reforma agrária pura e simplesmente e sim mudanças na ordenação social e política. Não raro aspiram a uma revolução social.

O movimento de mulheres segue uma lógica semelhante. Divide-se a partir de um conjunto conciliável e, ao mesmo tempo, não-conciliável de interesses. O conjunto conciliável pode ser expresso quando buscam reverter os efeitos negativos produzidos em sociedades machistas e sexistas contra as mulheres. Por exemplo, a ideia de que as mulheres possuem baixa capacidade de liderança e gestão política ou que possuem uma economia emocional mais frágil, levando-as a agir em “nome do coração” e não da “razão”. O conjunto não-conciliável se expressa quando em uma dada sociedade mulheres de diferentes estratos sociais, pertencimentos étnicos e raciais atuam a partir de interesses diferenciados e não raro contraditórios. Por exemplo, mulheres das classes médias urbanas geralmente possuem interesses substantivamente diferentes de mulheres da classe trabalhadora e residentes em bairros periféricos. As preocupações das primeiras podem ser em relação à expansão de espaços de consumo, ampliação da participação feminina nas câmeras legislativas e parlamentos, aumento no número de mulheres no ensino superior, etc. Já as mulheres da classe trabalhadora podem se concentrar em demandas por leis mais rígidas em relação à violência doméstica, a políticas de geração de emprego e aumento de creches públicas para os seus filhos, bem como a melhoria das escolas públicas, etc. Ambos os tipos de reivindicações não são excludentes, pelo contrário, tocam-se e confluem-se em muitos pontos. Entretanto, os *espaços* ocupados por estas mulheres do ponto de vista da classe social, do pertencimento racial, bairro e orientação sexual *produzem*<sup>3</sup> as diferenças existentes entre elas. Um exemplo significativo na história do feminismo no Brasil pode ser expresso nos modos pelos quais mulheres negras e brancas participaram

---

3 A ideia de produção aqui é vista como um artefato histórico, social e contextualizado já que, a depender do momento e das situações envolventes, as diferenças entre os grupos, podem ser aumentadas, reduzidas e até mesmo neutralizadas.

do cenário político-social. Os repertórios motivacionais, as pautas reivindicativas e horizontes normativos não são os mesmos, ainda que uma série de afinidades as una pelo fato de serem mulheres em uma sociedade que as oprime, seja por meio de diferenciação salarial ou através da violência doméstica.

O mesmo raciocínio se aplica aos movimentos sociais negros brasileiros. Ao longo de todo o século 20 os movimentos negros se constituíram e atuaram no espaço público de diversas formas<sup>4</sup>. A imagem de *ondas* batendo em uma praia ajuda a pensar os modos pelos quais os movimentos negros atuam na sociedade. Ora tais ondas são fracas, praticamente imperceptíveis, ora são quase *tsunamis* políticos, questionando publicamente o posicionamento do poder público frente a demandas não cumpridas ou parcialmente atendidas do movimento. O mais importante é notar que geralmente após essas *ondulações movimentalistas* uma série de mudanças ocorre nas dinâmicas internas e externas dos movimentos negros, provocando fragmentações de suas organizações ou o aprofundamento de suas ações junto ao Estado e à sociedade.

## MOVIMENTOS NEGROS: SIGNIFICADOS E BREVE HISTÓRIA POLÍTICA

A história dos movimentos negros brasileiros, de suas organizações políticas, entidades associativas, culturais, religiosas, veículos e pedagogias comunicativas manifesta um profundo e fecundo pluralismo, polifonias organizativas e de estratégias de ação, desde pelo menos o início do século 20<sup>5</sup>. Ao longo da década de 90, historiadores, sociólogos, e

---

4 Uma série de autores traça as trajetórias dos movimentos negros ao longo do século 20. A fim de não ser exaustivo, sugiro a leitura do artigo do historiador Petronio Domingues “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”, publicado em *Tempo*, Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, 2007.

5 As principais pesquisas sobre os movimentos negros situam o início do que chamam de “Movimento Negro Contemporâneo” a partir dos anos 30 com a constituição da Frente Negra Brasileira. Domingues por exemplo, encontrou registros de várias organizações negras nas cidades de São Paulo, Campinas e cidades do Rio Grande do Sul. No entanto, tais organizações possuíam caráter mais assistencial, recreativo e literário do que propriamente político. Para uma abordagem histórica dos movimentos negros ver “O Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”, do mesmo autor.

cientistas políticos têm se debruçado mais sistematicamente em pesquisas sobre os movimentos negros, seja por meio de organizações específicas e de trajetórias de ativistas notórios (SILVA, 2005, FERREIRA, 2005, DOMINGUES, 2004, MACEDO, 2005), seja por meio de análises pontuais e críticas presentes na história recente deste movimento social (CARDOSO 2002, PINTO 1993, HANCHARD 2001, GUIMARÃES 1999, PEREIRA 1998, 2006, SANTOS(a) 2005, SANTOS(b) 1985). Outros trabalhos também têm dado atenção aos movimentos negros, especialmente entrelaçando seus dilemas e avanços com outros assuntos de relevância social e política no Brasil contemporâneo (HOFBAUER 1999, COSTA 2002).

Pesquisas sobre políticas de ação afirmativa nas universidades públicas, debates sobre a lei que introduz o ensino de história da África e da cultura afrobrasileira nos currículos escolares, transformações da “cultura negra” urbana recente, literatura afrobrasileira, feminismo, homossexualismo e masculinidade negra – para citar alguns – são exemplos de interseccionalidade envolvendo esta temática. Isso aponta para o fato de que o reconhecimento dos movimentos negros como atores políticos e de expressiva importância na sociedade brasileira tem chamado a atenção de pesquisadores das mais diferentes áreas, sejam estes negros, brancos, homens ou mulheres<sup>6</sup>. Entretanto, ainda é relativamente baixo o número de pesquisas e pesquisadores (as) dedicados exclusivamente ao tema dos movimentos negros, ainda que dissertações e teses de doutorado estejam atualmente em curso. Mais raro ainda são os estudos comparados sobre a atuação dos movimentos negros localizados em diferentes países e continentes. Sem contar que dentre as pesquisas no campo dos movimentos sociais, os movimentos negros continuam a ocupar um lugar de marginalidade acadêmica e escassos recursos<sup>7</sup>.

---

6 Falta-nos ainda uma catalogação mais sistemática da influência das ações dos movimentos negros nos vários campos do conhecimento.

7 A Fundação Ford financiou várias pesquisas que, direta ou indiretamente, tinham os movimentos negros como tema. Obtive financiamento da Fundação Ford do Brasil para minha pesquisa de mestrado e apoio para participar de um congresso de pesquisadores de temas brasileiros, a BRASA, em 2008, na cidade de New Orleans, Estados Unidos. Por outro lado, a FF financiou e apoiou diversas organizações negras e intelectuais negros. No entanto, tem sido uma das poucas a manter uma política de financiamento para estes fins.

Os movimentos negros passaram por vários momentos em termos de reivindicação coletiva contra o racismo. No final do século 19, uma série de organizações negras se constituiu como organizações beneficentes a fim de criar uma rede de apoio entre os negros para se contrapor ao racismo dos brancos brasileiros que impediam os negros de ter acesso aos seus clubes esportivos e instituições sociais. Nas décadas de 20 e 30 surge a imprensa negra brasileira, cuja função era produzir um canal de manifestação literária, social, cultural e política da “comunidade negra”, bem como denunciar as práticas de racismo e discriminação racial existentes naquele momento. A imprensa da época, tanto a segmentada quanto a geral, não canalizava as aspirações e dramas dos negros brasileiros.

Durante os anos 1930 surge a Frente Negra Brasileira – FNB, considerada a primeira grande organização efetivamente política<sup>8</sup>. A FNB e outras organizações negras, em linhas gerais, reivindicavam a integração do negro na sociedade como cidadãos. Nos anos 40, temos o protagonismo do Teatro Experimental do Negro e da União dos Homens de Cor. No final da década de 70 surge o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial – MNUDCR, reunindo organizações negras do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Nos anos 80 os movimentos negros buscam legitimidade de ação política junto aos aparatos estatais. Neste momento uma série de experiências de secretarias de promoção da comunidade negra e de centros de denúncia contra o racismo é criada nas principais capitais do país. Já nos anos 90 tem-se outro cenário, cujos detalhes serão expostos abaixo.

Qual a relevância de se designar *movimentos negros* e não simplesmente *Movimento Negro*, no singular, como feito geralmente por ativistas, meios de comunicação, agências governamentais e por muitas análises acadêmicas? Exatamente porque a noção de *movimentos negros* capta e traduz de forma mais consistente a dimensão de multivocalidade, pluralidade e plasticidade existente neste movimento social. Quando nos referimos a *Movimento Negro* deixa-se implícito uma harmonia aparente,

---

8 É necessário considerar a tradução de político aqui. Outras organizações anteriores a FNB atuavam também politicamente na medida em que se contrapunham ao racismo até então existente.

um amplo consenso nos modos pelos quais este movimento social tem se organizado e atuado junto à sociedade. Pelo contrário, os movimentos negros são constituídos por organizações de diferentes tipos, escopos, colorações político-ideológicas, objetivos programáticos e condições de ação junto ao Estado e à sociedade.

Amauri Pereira em sua tese de doutoramento estabelece novos marcos analíticos para a definição e abordagem dos movimentos negros<sup>9</sup>. Dialoga com os escritos de Joel Rufino dos Santos cuja leitura do significado de “Movimento Negro” assume uma dupla perspectiva:

- 1) **Perspectiva de sentido estrito:** *“o conjunto de entidades e militantes e ações dos últimos 50 anos, consagrados à luta explícita contra o racismo”* (Rufino dos Santos, 1985: 287, citado em Pereira, 2006);
- 2) **Perspectiva de sentido amplo:** *“todas as entidades de qualquer natureza e todas as ações de qualquer tempo (aí compreendidas aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros”* (idem, 303).

Estou de acordo com a análise de Pereira (2006) de que os movimentos sociais não se definem exclusivamente por suas ações políticas. Inversamente, os estudos sobre os assim chamados *novos* movimentos sociais têm apontado para a necessidade de olhar a política cultural e a cultura política dos movimentos sociais exatamente a fim de não se perder as dimensões não colonizadas pela *política* e não antropologizar demais a noção de cultura. A cultura é lugar de produção de sentidos e de orientações da ação política, já que condensa valores e perspectivas diversas de um grupo social. Tratando-se especificamente dos movimentos negros, a dimensão cultural e simbólica de organizações negras de diversos tipos sempre exerceu papéis de relevância na luta contra o racismo, ajudando a cimentar e a fortalecer a identidade negra, a revalorizar os legados africanos em vários campos, etc. As escolas de samba, os blocos afros, os centros recreativos, terreiros de candomblé e umbanda,

9 Ver a tese “Para além do racismo e do antirracismo: a produção de uma cultura de consciência negra na sociedade brasileira”. (Tese de doutorado em ciências sociais. Rio de Janeiro, UERJ, 2006).

os bailes *blacks* dos anos 70 e 80, os concursos de beleza negra e um sem número de expressões culturais negras regionais são exemplos da confluência entre cultura e política. Através de cantos, danças, expressões corporais e modos de se vestir os negros tentaram e tentam em diversos momentos criar formas que são ao mesmo tempo subjetivas e materiais de resistência ao racismo e aos valores hegemônicos da supremacia branca.

Jacques D'Adesky (2001), em contexto diferente, define “Movimento Negro” a partir de três vertentes: política, cultural e religiosa. A dimensão política seriam as organizações e entidades negras diretamente envolvidas com a luta contra o racismo institucionalizado nas práticas sociais e outras esferas do espaço público como, por exemplo, o Movimento Negro Unificado (MNU), os Agentes de Pastoral Negros (APNs), a União dos Negros Pela Igualdade (Unegro) – entidades que em outro lugar designo filiativo-nacionais<sup>10</sup> – e as ONGs negras como Geledés, Criola, Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), Instituto Palmares de Direitos Humanos (IPDH), Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras, etc. Também pertencente a esta dimensão seriam os núcleos de negros e negras de partidos políticos e sindicatos. As entidades culturais seriam aquelas que lidam com as várias expressões da cultura negra como, por exemplo, o bloco carnavalesco Afoxé Filhos de Gandhi, o Olodum, as Escolas de Samba do Rio de Janeiro, de São Paulo, e centenas de outras entidades especificamente culturais. E as religiosas seriam expressas pelos centros de umbanda, os terreiros de candomblé, de batuque, etc., bem como os grupos de negros nas igrejas católicas, protestantes. A definição de D'Adesky se assemelha a noção de Movimento Negro *em sentido amplo* adotada por Rufino e corroborada por Pereira e muitos outros.

O esforço em se adotar uma perspectiva ampla na definição e tentativa de apreensão deste movimento social se explica pelas próprias dinâmicas presentes nos movimentos negros ao longo do tempo. Pereira termina por admitir que as transformações de valores da sociedade

---

10 A Persistência Política dos Movimentos Negros Brasileiros. Santos (2005)

capitalista tiveram como consequência o afastamento das Escolas de Samba, grupos de Capoeira, Entidades Religiosas de matriz africana, etc., do que antes era diretamente compreendido como “Movimento Negro”. Em outros termos, a perspectiva ampla de Rufino e D’Adesky encontra terreno bem mais complexo para apreender os significados de movimentos negros.

Um grupo de capoeira que funcione em uma escola privada de maioria branca e cuja dimensão de “combate ao racismo” é nula é Movimento Negro? Uma Escola de Samba, cujo gerenciamento é feito por pessoas brancas de classe média e que não tenha nenhum trabalho cujo objetivo seja o combate ao racismo é Movimento Negro? Um terreiro de candomblé cujo trabalho se concentra única e exclusivamente na prática religiosa é Movimento Negro? Uma associação de moradores de um bairro majoritariamente negro e cujos participantes são também majoritariamente negros é Movimento Negro? Um grupo de dança afro, um baile funk, uma posse de hip hop, uma roda tradicional de samba no Rio de Janeiro ou São Paulo é Movimento Negro? Em um primeiro olhar parece que sim, tudo isso constitui ou abrange aquilo que se convencionou chamar de *Movimento Negro*; porém me parece bem mais complexo e as respostas precisam ser investigadas mais a fundo. Do mesmo modo, como entender o papel desempenhado por personalidades do mundo das artes, da televisão, do jornalismo, por intelectuais negros independentes e políticos que frequentemente emprestam suas vozes e saberes em defesa da população negra e contra o racismo? Como capturar nesse guarda-chuva conceitual chamado Movimento Negro um crescente e influente ativismo feito por centenas de internautas, negros e não-negros, assinantes de listas de “discussão racial” ou de listas semelhantes espalhadas pelo infindável universo *online* e que eventualmente contribuem e influenciam no debate sobre justiça racial no Brasil?

O fato é que chamar tudo isso de *Movimento Negro*, no espírito de Rufino, cria dificuldades – pelo menos em termos analíticos – ainda maiores de tradução deste movimento social. Ao mesmo tempo é tentador ver Movimento Negro em tudo isso, já que de um modo ou de outro é a expressão de suas ações, maturidade e disseminação política. Em suas palavras

“Foi nos anos setenta que a luta organizada contra o racismo desembocou, enfim, num movimento negro de amplitude nacional e claramente destacado de outros movimentos sociais e políticos. Aquilo que os próprios militantes negros convencionaram chamar de movimento negro, no entanto, são na verdade cerca de 400 entidades, de diversos tipos, frouxamente articuladas entre si – há quem prefira mesmo designá-lo por “movimentos negros”, no plural. Há desde organizações políticas rígidas (como o Movimento Negro Unificado, o MNU, a mais notória), até instituições semi-acadêmicas (como o Grupo André Rebouças, na Universidade Federal Fluminense), passando por centros autônomos de pesquisa histórica e cultural do negro (como o Centro de Cultura Negra do Maranhão, por exemplo)”. (1994: 94). Joel Rufino

Esta citação é interessante por três razões: 1) capta a noção consensual do que significa movimento negro; 2) descreve em linhas gerais seus tipos organizativos e, 3) estabelece uma periodização para um movimento negro de tipo mais “político”. De fato, boa parte da literatura sobre este movimento social fala de uma “renovação” ou “retomada” dos movimentos negros no final dos anos 70. No entanto, outros trabalhos apontam que o “movimento negro moderno” data do início dos anos 30, transformando-se continuamente (SILVA 2005; DOMINGUES 2007; FERREIRA, 2005).

Em termos gerais, é interessante a tentativa de resposta a esta miscelânea *movimentalista* dada por Pereira com a noção de “Cultura de *Consciência Negra*”. Mais importante do que chamar de Movimento Negro uma roda de capoeira ou um ensaio de escola de samba é ver ali o legado da *cultura política* e da *política cultural* deste grupo racial. O autor pesquisou vários eventos de comemoração do Dia 20 de Novembro em escolas públicas do Rio de Janeiro e entrevistou professores(as), diretores(as), alunos(as) e funcionários(as). Em síntese, viu que muitas vezes essas pessoas não tinham uma noção clara do que significa Movimento Negro, porém o fato de promoverem e participarem de tais eventos evidencia a presença ou os efeitos deste movimento social no dia a dia escolar. Desse modo, a *Cultura de Consciência Negra* atravessa fronteiras e espaços culturais, institucionais e simbólicos que fogem ao controle das organizações negras e de suas lideranças, já que resultam simultaneamente de um ativismo político na esfera pública, do repertório cultural

dos negros e da tradução disso pelos milhares de mediadores espalhados por toda a sociedade. Podemos pensar no exemplo da disseminação da cultura hip hop entre os jovens dos grandes centros urbanos e periferias brasileiras. Conjunto de música, poesia, dança e visão de mundo característica dos afroamericanos, o hip hop se transformou numa cadeia de transmissão das angústias e aspirações de milhares de jovens brasileiros. O interessante a observar é que não somente jovens negros e empobrecidos se identificam com esta cultura e sim outros tantos jovens não-negros, inclusive brancos de classe média. O termo *preto*, por exemplo, não se restringe necessariamente aos negros de pele escura e sim a todos aqueles que vivem situações de marginalidade social e econômica ou que se posicionam proativamente em defesa dos valores da “periferia”. Neste caso, há uma simbiose entre tradições culturais negras para além das fronteiras nacionais e étnicas. Por esta razão são tradições fundamentalmente diaspóricas, já que conectam elementos diversos dos descendentes de africanos nas Américas.

Outro exemplo de uma *Cultura de Consciência Negra* legada pelas ações dos movimentos negros são as transformações na estética visual urbana dos últimos 10 anos. Há pouco tempo atrás era comum observar negros com cabelos estilo rastafári ou com tranças afros. Já não chama a atenção vermos jovens e adultos brancos com *dreadlocks* e cachinhos nos cabelos, sem contar mudanças significativas na maneira de se vestir, com temas africanos e que homenageiam personalidades negras.

Em suma, não se trata de designar tudo isso como Movimento Negro e sim ver tais manifestações como o espelho e reflexo desse complexo ativismo. O grau de abrangência dos movimentos negros alcançou resultados substantivos nos anos de 1990, levando a uma maior divulgação e cobertura pela imprensa de suas ações e mobilizações. No entanto, o grau de desconhecimento das atuações dos movimentos negros na sociedade é relativamente grande entre a população negra, ainda que tal assertiva só possa ser feita de modo tautológico, já que não temos pesquisas empíricas que demonstrem isso<sup>11</sup>.

---

11 Recentemente participei de uma pesquisa intitulada “A Comparative Study of Responses to Discrimination by Members of Stigmatized Groups”, com um amostra de pessoas autodeclaradas pretas e pardas e cerca de 90% delas não sabiam o que era MN. A pesquisa foi feita por meio do intercâmbio Harvard University e UFRJ.

O que então faz dos *movimentos negros* um movimento social dos negros? Uma primeira resposta aponta para o fato de que este movimento social tem como horizonte normativo, como meta e objetivo geral a “luta contra o racismo”<sup>12</sup> e a discriminação racial.

O termo “luta contra o racismo” é evidente por si mesmo. Porém, o que isso significa exatamente? *Luta contra o racismo* vigente na sociedade, ou seja, nas instituições sociais e privadas, no espaço público, no acesso ao trabalho, por educação de qualidade. *Luta contra o racismo* na produção da cultura, nos modos de expressividade específicos do “povo negro” ou da “comunidade negra”, tais como moda, comportamento social, estética, representação do mundo. *Luta contra o racismo* do ponto de vista da defesa de uma subjetividade negra. Ou mesmo *luta contra o racismo* no sentido de se contrapor às artimanhas da supremacia branca em todas as esferas da vida. Como se vê, não é simples capturarmos o que há por trás da ideia de “luta contra o racismo” sem antes contextualizarmos o momento em que tais demandas são feitas e quais os interesses em disputa.

Por outro lado, podemos problematizar ainda mais a própria ideia de movimentos negros e questionar sua legitimidade atual. Se o horizonte das ações políticas, demandas e anseios destes movimentos é a “luta contra o racismo”, em tese sua razão de ser terminaria à medida que não houvesse mais racismo, correto? Eis um problema imenso. Sem a pretensão de fazer qualquer tipo de futurologia, devemos nos perguntar se o racismo tem prazo de validade. Um conjunto expressivo de pesquisadores aponta que o racismo é na verdade um “sistema-mundo” e que, portanto, está profundamente conectado à modernidade ocidental (WINANT, 2001). Em outros termos, os produtos da modernidade ocidental que conhecemos como escravismo, colonialismo, capitalismo, socialismo, comunismo têm o racismo como uma de suas principais bases. O racismo ao qual me refiro atinge não somente aos negros, mas também povos indígenas, árabes e minorias étnicas e nacionais diversas.

12 O termo “luta contra o racismo” se transformou em uma máxima para os movimentos negros sendo adotado até mesmo por governos específicos, secretarias estaduais, municipais e por outros movimentos sociais. O termo inclui ações também contra a discriminação racial em amplos setores da sociedade.

Portanto, o caráter praticamente permanente do racismo como “sistema-mundo” aponta para uma atuação também ilimitada dos movimentos negros como movimento social. Como lição básica das ciências sociais e da história aprendemos que os contextos sociais jamais são os mesmos, ainda que haja uma série de “permanências do passado no presente”. Isso aponta para o fato de que determinadas práticas correntes no passado, seja de maneira oficial ou oficiosa, modificam-se no correr dos tempos. Basta pensar aqui no nazismo, no sistema de segregação racial vigente até finais dos anos de 1960 nos EUA – *Jim Crow Laws* – e o *apartheid* na África do Sul corrente até meados de 1994. Obviamente que tais estruturas de dominação racial não foram demolidas de forma natural e sem que antes uma série de movimentos e atores sociais atuasse sistematicamente no sentido de minar suas bases. Inclusive não há porque acreditar em sua total dissolução.

Neste sentido, podemos pensar que o movimento pelos direitos civis nos EUA, sob liderança dos afroamericanos, construiu organizações políticas específicas para se opor ao sistema de segregação oficial. Ao mesmo tempo, várias iniciativas não-institucionais e de ação local foram criadas a fim de fazer frente a esta problemática. Muitas organizações criadas durante a *Jim Crow* não existem mais, perderam sua base de sustentação. Do mesmo modo que outras continuam a atuar no cenário político dos EUA, não mais contra o racismo legal e sim contra suas persistências nas práticas sociais e institucionais. Atuam contra o racismo estrutural, arraigado em todo o corpo social. A história da *National Association for the Advancement of Colored People* – NAACP<sup>13</sup> é um exemplo de uma organização negra fundada em 1909 e que continua a atuar nos EUA em prol da defesa e garantia dos direitos civis e da justiça social.

Na mesma análise, o *apartheid* na África do Sul foi oficialmente desmantelado em 1994 após centenas de embates sangrentos entre ativistas negros e as forças policiais. Várias organizações criadas especificamente para atuar contra este sistema transformaram-se ou extinguiram-se após o fim do regime. Os efeitos do racismo de mais de quatro décadas permanecem visíveis na África do Sul de hoje: concentração da

---

13 Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor, fundada em 1909 nos Estados Unidos e considerada a mais antiga organização negra na luta em defesa dos direitos civis.

pobreza entre os negros, desemprego, criminalidade, mortalidade, altos índices de contaminação pelo HIV, etc. Por lei é proibido coibir o acesso de negros e outros grupos não-brancos a empregos, espaços públicos, serviços sociais, etc. Exceto por meio de políticas de ação afirmativa cuja intenção é exatamente reverter os efeitos passados da discriminação racial e étnica. Com efeito, muitas organizações *antiapartheid* transformaram-se e agora atuam como organizações de direitos humanos ou de outros tipos.

## MOVIMENTOS NEGROS CONTEMPORÂNEOS

Em 1995, pela primeira vez na história republicana brasileira, um governo democraticamente eleito reconhece que as históricas desigualdades raciais necessitariam de tratamento específico por parte do Estado, o que ainda não sinalizava para a adoção de políticas de ação afirmativa. A ideologia do Estado brasileiro responsável pela dissimulação da existência do racismo e das desigualdades raciais, o *mito* ou *ideologia da democracia racial*, vem perdendo força de maneira gradativa ao longo dos últimos 10 anos. A partir daquele momento uma nova fase emergiria no cenário político nacional no que tange ao que passou a ser chamado de “promoção da igualdade racial”<sup>14</sup>.

Em trabalho dissertativo de mestrado pesquisei o chamado *processo de mobilização dos movimentos negros para a 3ª Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo* (3ª CMR), realizada em 2001, na cidade de Durban, África do Sul. O intento ali era o de analisar e interpretar parte das relações estabelecidas entre os movimentos negros e o Estado brasileiro no que concerne à construção de *políticas raciais* de caráter público visando a superação de desigualdades sociais entre negros e brancos. Ao mesmo tempo, a investigação procurou registrar as evoluções recentes experimentadas por este movimento social, suas contradições discursivas, novas práticas políticas e arranjos institucionais frente aos poderes estatais.

---

14 Aprofundo este argumento na dissertação “A Persistência Política dos Movimentos Negros: processo de mobilização negra à 3ª Conferência Mundial contra o Racismo”. Santos, 2005.

Os anos de 1990 representaram para os movimentos negros um período significativo de mudanças institucionais. Até o ano de 1995, após a realização da *Marcha Zumbi dos Palmares Pela Cidadania e a Vida*, organizada por diversas organizações negras em Brasília<sup>15</sup>, as demandas destes movimentos transformam-se do “denuncismo” para demandas “propositivas”. Se até este período as energias políticas dos movimentos negros se concentravam em denunciar a existência de uma ideologia de democracia racial sustentada, sobretudo pelo Estado, após este momento os ativistas passam a propor políticas de inclusão racial e a dialogar com as esferas estatais de modo mais profissionalizado e sistemático<sup>16</sup>. Na ocasião, o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso cria o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra – GTI, a fim de responder de forma mais objetiva às demandas e pressões políticas exercidas pelos movimentos negros durante o seu governo. Nesta ocasião, o Brasil já era signatário de vários tratados internacionais de proteção contra a discriminação racial e já havia assinado resoluções com recomendações de políticas específicas para a inclusão de segmentos sociais e racialmente marginalizados. Apesar da exterioridade de tal compromisso não havia políticas significativas de redução das desigualdades raciais.

O processo de mobilização negra para a 3ª CMR revelou dimensões importantes no que tange à mudança da relação entre os movimentos negros e Estado e mudanças internas às próprias organizações negras. Neste período, as relações políticas entre Estado e sociedade civil experimentaram um amadurecimento institucional sem precedentes.

No caso brasileiro tem sido frequente a interface entre estes dois atores políticos, levando à incorporação por parte da delegação oficial de diversas propostas e contribuições da sociedade civil em seus documentos

---

15 Depoimento de Edson Cardoso, ex-militante do Movimento Negro Unificado e atual editor do jornal *Irohín*, mostra que no final de 1994 ele propôs aos colegas do MNU esta marcha. A reação da comissão executiva do MNU não foi positiva, especialmente porque Cardoso afirmara que iria conversar com Ivanir dos Santos, diretor do CEAP, a fim de buscar mais aliados para a construção da marcha. Sublinha que as ONGs negras apoiaram a construção desta mobilização, como o CEERT e o Geledés. Para ler o depoimento completo ver “Histórias do Movimento Negro no Brasil”, livro organizado pelos historiadores Verena Alberti e Amílcar Pereira.

16 Para o desenvolvimento e crítica deste argumento consultar a dissertação supracitada.

oficias (LINDGREN, 2001). Na realidade, a influência e o *know-how* da sociedade civil, em especial das organizações não-governamentais são de tal dimensão que as delegações oficiais insistem em que estas participem dos processos decisórios e da discussão dos documentos. Não é raro constatar que em muitas ocasiões a experiência acumulada pelas ONGs superou a da própria delegação oficial, seja em termos técnicos ou mesmo políticos<sup>17</sup>.

No caso da preparação para a 3ª CMR a delegação oficial, em diferentes momentos, confundia e reduzia a importância temática da conferência. O chefe da delegação oficial na ocasião, o embaixador Gilberto Sabóia, chegou a afirmar que “a sociedade brasileira não reivindica mudanças nas relações raciais no Brasil”. Tal afirmação foi encarada pela militância negra como uma profunda contradição entre aquilo que o governo afirmava do ponto de vista de rompimento da ideologia da democracia racial e o que fazia na prática. Se por um lado o governo reconhecia o racismo e a discriminação racial e se mobilizava para que a delegação brasileira levasse para a África do Sul as recomendações mais progressistas no que tange a superação de tais desigualdades, por outro os representantes da delegação oficial não assumiam suficientemente tais desafios.

O processo de mobilização também trouxe à tona que as disputas por representação pública e hegemonia política são constantes nos movimentos negros brasileiros contemporâneos. Em outros termos, determinadas organizações concentraram os recursos financeiros e os canais de comunicação junto ao Estado e mesmo o sentido daquilo que reivindicavam em nome de toda uma coletividade. Denominei isto de “onguização dos movimentos negros” tentando sinalizar que durante o processo para a conferência as organizações negras “filiativo-nacionais” tiveram dificuldades em acompanhar as negociações em torno da conferência e mesmo em incorporar em suas atuações a importância política que esta representava para a população negra. Um bom exemplo disso é que boa parte de tais organizações se posicionava contrariamente às

---

17 As delegações oficiais não contam necessariamente com especialistas e ativistas no tema das conferências. Consequentemente, o rendimento em termos técnicos e políticos são relativamente baixos. Por esta razão, a participação de ativistas e profissionais da sociedade civil tem se tornado uma constante para a boa condução dos trabalhos de preparação.

políticas de ação afirmativa, em especial em uma de suas modalidades, as cotas raciais. Algumas de suas lideranças argumentavam que tais medidas eram insuficientes frente às reais demandas de inclusão social da população negra brasileira. Sem entrarmos no mérito se tal assertiva é coerente ou não, o fato é que tal argumento e a própria precariedade de tais organizações dificultaram a ampliação de sua participação no processo preparatório.

Sem a pretensão de esgotar o quadro exposto acima, é necessário acentuar que de 1995 em diante as mudanças observadas na relação entre movimentos negros e Estado influenciaram na construção de uma *agenda política racial* extremamente significativa. Anterior a este período, a própria ideia de “raça” era frequentemente evitada, senão rechaçada pelas autoridades estatais de governos específicos. Sob a sombra do mito da democracia racial, o máximo que se obtinha em termos de visibilidade das demandas da população negra era expresso no campo das práticas culturais. A criação da Fundação Cultural Palmares (FCP) durante o governo do presidente José Sarney, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), em 1988, é ilustrativa neste sentido. Atendendo reivindicações de lideranças dos movimentos negros, críticos às comemorações do centenário da abolição da escravatura, o presidente José Sarney assina um decreto-lei estabelecendo a FCP como entidade subordinada ao Ministério da Cultura e que teria como principal missão a defesa e a preservação do patrimônio imaterial afrobrasileiro.

Em 2003, no início do primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) é estabelecida como secretaria de governo. A Seppir, diferentemente da FCP, resulta do aprofundamento das relações político-institucionais entre movimentos negros e Estado, ainda que não represente somente os negros. Do mesmo modo, sinaliza de forma efetiva a incorporação de demandas de ativistas negros(as) pertencentes ao PT e das pressões e compromissos gerados durante e após a preparação para a 3ª CMR. As relações político-institucionais entre movimentos negros e os poderes estatais no Brasil sofreram modificações substantivas do início dos anos 90 até a atualidade.

Desde o reconhecimento oficial do racismo e da discriminação racial pelo governo federal, demandas em torno de maior equalização racial

em espaços institucionais tornaram-se tema corrente de discussão. Como citado acima, o próprio governo federal toma a iniciativa de discutir a viabilidade de implementar políticas de ação afirmativa. O próprio processo de mobilização dos movimentos negros para a conferência mundial contra o racismo e o trabalho junto à delegação oficial possibilitou uma visibilidade até então inédita da questão das desigualdades raciais. A criação Seppir foi um dos resultados diretos desta mobilização. Ainda que uma antiga demanda de militantes negros do Partido dos Trabalhadores de uma instância federal que desenvolva e auxilie na execução de políticas de “igualdade racial”, a Seppir é um exemplo concreto do sucesso das vocalizações dos movimentos negros junto ao Estado. Ao mesmo tempo, o trabalho desenvolvido pela secretaria ao longo das duas gestões governamentais de Lula não está isento de críticas por parte de intelectuais e militantes negros. Relatos de lideranças negras do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília criticam a maneira pela qual a Seppir foi constituída, ou seja, atendendo muito mais a configurações político-partidárias e aos *lobbies* de militantes petistas do que a aspirações e necessidades dos movimentos negros (SANTOS, 2005). A escolha da ex-ministra Matilde Ribeiro e do atual ministro Edson Santos – ambos do PT – corroboram em parte tal tese.

No geral, carecemos de devidas análises sobre a atuação desta secretaria junto aos órgãos federais e a sociedade civil como um todo. Por outro lado, a constituição da Seppir, da Fundação Cultural Palmares e as experiências de secretarias estaduais e municipais de combate ao racismo e promoção da população negra são exemplos de um complexo processo de *institucionalização dos movimentos negros* que data do início dos anos de 1980.

## INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS NEGROS

O surgimento de órgãos do poder público voltados especificamente à defesa dos interesses da população negra, como o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, a Secretaria Extraordinária para Defesa e Promoção das Populações Afrobrasileiras do Rio de Janeiro (Sedepron/Seafro), a Fundação

Cultural Palmares, o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) dentre outras, constitui exemplo do que podemos chamar de “institucionalização dos movimentos negros” nos últimos 20 anos.

Criado durante o governo de Franco Montoro (1983-1987), o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo foi o primeiro órgão do poder público especificamente voltado ao trabalho de construir políticas públicas de combate ao racismo. Seu principal articulador e idealizador, Ivair dos Santos, relata que a ideia da secretaria surgiu quando foi convidado para trabalhar na Secretaria de Assuntos Políticos do governo Franco Montoro (PMDB) em 1983. Recém retornado de Angola, onde trabalhou por alguns anos, notou – sem muito espanto – que praticamente não havia negros na composição de governo, com exceção de Hélio Santos, que trabalhava no cerimonial. Ivair dos Santos ao observar que havia um Conselho da Condição Feminina percebeu que havia espaço para a atuação das “minorias”. Imediatamente pensou: “Por que não criar um conselho do negro<sup>18</sup>?” Convidou Hélio Santos e mais outros colegas e sugeriu ao governador Montoro que se criasse esse conselho. O que foi feito no dia 11 de maio de 1983.

De acordo com o depoimento de Ivair dos Santos, o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra não surgiu por uma demanda específica do “movimento negro”. Muitos militantes entendiam à época que qualquer iniciativa tomada pelo poder público neste sentido sinalizaria cooptação do movimento<sup>19</sup>. Carlos Alberto Medeiros, militante experiente dos movimentos negros e ex-chefe de gabinete da Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção da População Negra (Sedepron) no início dos anos 90, afirma que

---

18 Citado em “Histórias do Movimento Negro no Brasil”, organizados por Amílcar A. Pereira e Verena Alberti. Para detalhes do processo de formação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo consultar dissertação de mestrado do próprio Ivair dos Santos, “O movimento negro e o Estado (1983-1987), Campinas, Unicamp, 2001.

19 Citado em “Histórias do Movimento Negro no Brasil”, p. 217.

“Havia muita desconfiança, no início, em relação às primeiras articulações do movimento negro com o Estado. Até um determinado momento havia muita suspeita de cooptação: “Vão levar os caras para neutralizar o movimento”. Na Sedepron, no Rio, durante o governo Brizola, nós não conseguimos avançar muito, nós apanhamos da máquina do Estado<sup>20</sup>”.

Anos mais tarde há uma acelerada mudança de percepção da militância neste sentido. Muitas organizações negras e ativistas ligados ao governo federal, estadual e municipal irão demandar exatamente uma resposta mais pragmática e institucional ao problema das desigualdades raciais, ainda que alguns segmentos preferissem uma postura de constante crítica e denúncia do racismo estrutural. Outro aspecto fundamental é que as relações com o aparato estatal atendem a determinados requisitos que podem ser descritos nos seguintes itens: a) atuação de ativistas negros, geralmente independentes, sejam estes funcionários públicos ou com mandatos parlamentares; b) algum tipo de experiência com a máquina burocrática; c) percepção de aberturas institucionais ou de oportunidades políticas surgidas da relação movimento social/Estado. Tais caracterizações ajudam também a entender os papéis desempenhados tanto por indivíduos quanto por instituições em processos decisórios. Em outros termos, a gênese de muitas iniciativas no âmbito governamental que irão caracterizar o que chamo aqui de *institucionalização dos movimentos negros* se dá a partir do protagonismo individual, por meio da percepção, experiência profissional junto à burocracia estatal e *oportunização* de determinados ativistas negros ao atuar em espaços estratégicos do poder público.

Em termos gerais, tais órgãos e/ou instâncias de mediação são vistos por muitas lideranças negras como espaços importantes no sentido de dar suporte e auxílio na construção de políticas sociais de combate à discriminação racial. Após a experiência do conselho do negro em São Paulo, outras iniciativas foram desencadeadas a partir de modelos parecidos no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, etc. Na realidade, em vários

---

20 Idem, p. 351.

estados brasileiros é possível encontrar exemplos da simbiose entre demandas coletivas dos movimentos negros incorporadas *pele e no* poder público. O ponto central a observar é que tais instâncias funcionam desde *dentro* da institucionalidade estatal, a partir de determinadas oportunidades políticas específicas, da conjuntura nacional e da percepção e capacidade técnico-burocrático de ativistas negros ligados ou não a organizações negras.

A noção de *institucionalização* pode levar a leituras equivocadas e apressadas, caso interpretemos isso simplesmente como um deslocamento da ação coletiva dos movimentos sociais para dentro da esfera estatal. Na realidade, este é um processo cuja maturação atravessa gerações e provoca um sem número de transformações internas na relação do movimento social com os aparatos estatais e com o conjunto da sociedade civil. O caráter multifacetado descentralizado característico dos movimentos negros, em momentos diversos da história brasileira e, em especial após os anos 70, permitiu uma interação mais íntima com as instituições estatais e com governos específicos. Determinados governos manifestaram posturas e aberturas diferenciadas para as *agendas raciais* apresentadas pelos movimentos negros. Além do já citado PMDB, a experiência da Sedepron/Seafro no Rio de Janeiro também expressa isso. Criada no segundo governo de Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), esta secretaria extraordinária funcionou de 1991 a 1994 sob a coordenação de Abdias do Nascimento. No caso do PDT já havia uma relação minimamente consolidada entre o partido e parte da militância negra do Rio de Janeiro. No início dos anos 80, quando Abdias e Brizola voltam do exílio, é criado o PDT e Abdias funda a Secretaria do Movimento Negro neste partido.

Em linhas gerais, tais aberturas ou graus de dificuldades na relação entre movimentos negros e governo podem ser interpretadas a partir de uma série de fatores, tais como: coligações partidárias; inserção da temática racial nos programas de governo específicos; arranjos institucionais entre organizações negras e lideranças partidárias; conjuntura internacional e; principalmente, *nível de flexibilidade* da ideologia da democracia racial. Este último item pode ser mais bem entendido em dois momentos da história dos movimentos negros recentes: 1) período que vai do final dos anos 70 até meados de 1993 e 1994 e 2) momento posterior

ao ano de 1995, quando durante o governo de Fernando Henrique Cardoso têm-se o reconhecimento do racismo e da discriminação racial como fatos concretos da realidade brasileira.

Durante a primeira fase o não reconhecimento do racismo e da discriminação racial enquanto estruturas mantenedoras da ordem racial – cuja tradução é a permanência da desigualdade racial a partir da inércia estatal neste campo – dificultava imensamente o processo de negociação entre os movimentos negros e representantes estatais. Além do mais, do ponto de vista da organização política dos movimentos negros, em especial quando da formação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, o que estava em pauta era denunciar a existência do racismo e da discriminação racial como fatos concretos no dia a dia da população negra. Este caráter *denuncista* também vinha acompanhado dos primeiros esboços de políticas públicas de combate ao racismo, porém de maneira ainda muito incipiente e inorgânica. Ao mesmo tempo, havia por parte do MNU um projeto de modificação do ordenamento social visto a partir da dinâmica da *política negra*. Os desgastes internos da ditadura militar e uma crescente mobilização da sociedade civil em torno da redemocratização ajudaram na flexibilização destas novas demandas, o que não significou o fim da repressão política contra ativistas negros<sup>21</sup>, tampouco a aceitação da *agenda racial* que os movimentos negros estavam desenvolvendo naquele momento.

Por outro lado, tais relações não devem ser vistas somente em chave positiva, como se representassem um avanço nas demandas do movimento social. Uma das implicações da *institucionalização dos movimentos negros* são os possíveis atrelamentos políticos da ação coletiva deste segmento e as diversas relações de dependência resultantes deste processo. Uma característica comum a todas as experiências passadas e presentes de conselhos, secretarias especiais e outros órgãos governamentais ou estatais voltados à população negra é a discrepância entre a implementação das políticas propostas e o orçamento disponível.

---

21 Ver dissertação de mestrado de Karin Sant'Anna Kossling intitulada "As Lutas Antirracistas de Afrodescendentes sob a Vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)", defendida na USP em 2007.

Por outro lado, este fenômeno é aparentemente contraditório com as noções clássicas de movimento social. Por exemplo, David Snow *et al* define movimento social como

“coletividades agindo com certo grau de organização e continuidade fora dos canais institucionais ou organizacionais com o propósito de desafiar ou defender a autoridade existente, se é institucionalmente ou culturalmente baseada, no grupo, organização, sociedade, cultura ou ordem mundial, de que são uma parte”<sup>22</sup>. (p. 11)

O caráter de “fora dos canais institucionais” ou mesmo contra os poderes instituídos é o que caracteriza a ação coletiva. No entanto, no caso dos movimentos negros temos exemplos de atuações de parlamentares que buscaram defender e aproveitar este espaço em prol da população negra. O caso mais notório disso é a trajetória de Abdias do Nascimento pelo Senado Federal. Além de realizar várias ações explícitas em defesa da população negra, Abdias do Nascimento foi o primeiro a propor o que até então designava por “políticas compensatórias”, sinônimo de ação afirmativa. Benedita da Silva também exemplifica o caso do uso da máquina burocrática em defesa dos negros. Mais recentemente temos o caso do senador Paulo Paim, o proponente do Estatuto da Igualdade Racial que em inúmeras ocasiões emprestou seu mandato para a defesa de políticas para a população negra.

A *institucionalização dos movimentos negros* é ao mesmo tempo resultado dos esforços da militância negra em fazer com que os poderes estatais reconheçam a existência do racismo institucional e da discriminação racial e a expressão de mudanças das formas organizativas presentes no movimento. Não há um consenso entre as organizações negras quanto a este processo. Tampouco instâncias como a FCP e Seppir são vistas exatamente como “movimento negro” por alguns

---

22 Tradução do inglês: “collectivities acting with some degree of organization and continuity outside of institutional or organizational channels for the purpose of challenging or defending extant authority, whether it is institutionally or culturally based, in the group, organization, society, culture, or world order of which they are a part”. Tradução feita pelo autor.

militantes<sup>23</sup>. O fato é que este *processo de institucionalização* representa uma fase marcante dos movimentos negros contemporâneos e aponta simultaneamente para transformações presentes no próprio Estado desde a redemocratização até os dias atuais. Isso não significa dizer que as conjunturas políticas dos últimos 20 ou 15 anos representem avanços em todos os campos ou que tenham representado necessariamente benefícios para a população negra. O avanço das políticas de tipo neoliberal, especialmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, retardou uma série de conquistas sociais importantes, além de aumentar os índices de pobreza e indigência em todo o país. Dentre os mais prejudicados estão os negros, já que massivamente encontram-se na base social.

Os novos ideólogos da democracia racial apontam para o fenômeno da *institucionalização dos movimentos negros* como um perigoso processo de *racialização* da sociedade brasileira. Afirmam que é um retrocesso histórico o fato de que um Estado permita e mesmo incentive políticas sociais com base na identidade racial. Para estes, a *institucionalização* e a *racialização* são resultantes da penetração de lideranças negras nos aparatos estatais e trairiam imensamente o ideário nacional de convivência pacífica e indiferenciada entre as *raças* (FRY 2005, MAIO & MONTEIRO 2004). A *nova ideologia da democracia racial* aponta também que a *racialização* da sociedade brasileira nada mais é do que uma tentativa apressada e extemporânea de copiar o modelo de relações raciais existentes nos Estados Unidos. Diferentemente do modelo da ideologia anterior, os novos ideólogos não negam a existência do racismo e da discriminação racial. Entretanto, enfatizam que no Brasil o verdadeiro problema é de desigualdade social, ou seja, é um problema de classe e

---

23 Em entrevista concedida por email o militante negro Reginaldo Bispo afirma neste sentido que “Comissões, secretarias, coletivos de partido, de governo e a maioria das ONGs Negras não são MN (Movimento Negro). Há também uma infinidade de entidades de um único dono, estas também não caracterizamos como tal. As estruturas sindicais e das Centrais, assim como coletivos religiosos podem ser ou não, depende da sua atuação, uma porção delas são apenas cabide de emprego para satisfazer e acomodar os seus negros, o mesmo identificamos na maioria desses espaços em governos e partidos”. Data da entrevista: 14 de março de 2009.

não de *raça*. Portanto, bastariam políticas sociais visando os mais pobres para minorar tal situação. Já que dentre os pobres os negros são majoritários, então bastaria implementar políticas universalistas e não políticas focadas na raça.

## DEMANDAS E DESAFIOS ATUAIS DOS MOVIMENTOS NEGROS

O processo de mobilização dos movimentos negros para a 3ª Conferência Mundial Contra o Racismo apontou para um amplo conjunto de mudanças na relação movimentos negros/Estado<sup>24</sup>. Como visto acima, este processo não se inicia durante a preparação para a referida conferência. Entretanto, este momento pode ser visto como o *momento catalisador* do ponto de vista do comprometimento do Estado para com a população negra em termos de políticas públicas de redução das desigualdades raciais e da assunção desse compromisso em caráter internacional. A partir do momento em que o Estado brasileiro assinou o Plano de Ação e a Declaração Final de Durban passou a assumir diante do mundo seus conteúdos mais fundamentais. Como de praxe, é preciso que a sociedade civil e, neste caso, mais especialmente os movimentos negros, acompanhem e exijam do Estado os compromissos assumidos neste campo. Em outros termos, graças à *persistência política dos movimentos negros* através de articulações e diálogos de seus ativistas foi possível que o Brasil entrasse na conferência contra o racismo com propostas sofisticadas e avançadas. Na verdade, a combinação entre a experiência diplomática brasileira – apesar da cegueira de muitos de seus representantes para os problemas envolvendo o racismo – e o conjunto de saberes de ordem política, intelectual e institucional dos militantes negros e negras possibilitou com que a delegação brasileira se destacasse como uma das mais importantes de toda a conferência e mais numerosa fora da África.

---

24 Desenvolvi em dissertação de mestrado um estudo sobre este processo de mobilização dos movimentos negros e ali aprofundi muitos dos pontos que aqui irão aparecer somente de forma elucidativa. Ver “A Persistência Política dos Movimentos Negros: processo de mobilização negra à 3ª Conferência Mundial contra o Racismo”, UERJ, 2005.

Os grandes laboratórios para o que seria a conferência contra o racismo, o avanço de seus resultados, etc., foram, primeiro, a mobilização dos movimentos negros para os preparativos em torno do Centenário da Abolição da Escravatura, em 1988, e o segundo o processo de mobilização negra para a Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e a Vida, em 1995 na cidade de Brasília<sup>25</sup>.

De maneira bastante resumida, podemos dizer que em ambas as mobilizações as principais reivindicações concentravam-se em exigir do poder público políticas públicas consistentes de redução da desigualdade racial. A marcha de 1995 teve como consequência concreta a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra – GTI ou, se preferirmos, uma resposta institucional do Estado frente às demandas postas pelo ativismo negro. O objetivo era exatamente romper com as constantes promessas e lentidão estatal neste campo e pensar a *questão racial* desde uma perspectiva efetivamente pragmática. Infelizmente o GTI, como outras tantas experiências no campo da relação Estado/movimentos negros, não obteve fôlego necessário e não conseguiu cumprir suas promessas e anseios mais básicos. A resposta para tal fracasso não é simples já que há que se levar em conta uma série de fatores: problemas internos ao GTI; pouca intimidade com a máquina burocrática por parte dos ativistas; dificuldades de comunicação entre as esferas governamentais e, sobretudo, uma sólida *cultura política racista* não totalmente decomposta. Seria no mínimo simplista imaginarmos que o reconhecimento do racismo e da discriminação racial por parte do governo significaria uma mudança acelerada de toda ideologia da democracia racial encarnada nas instituições estatais que, no meu entendimento, nada mais é do que um poderoso constructo de manutenção da ordem racial hegemônica.

---

25 No livro organizado por Amilcar Pereira e Verena Alberti, “Histórias do Movimento Negro no Brasil” encontrei as melhores descrições de ambos os processos feitas por seus principais articuladores. Portanto, para detalhes de tais processos, consultar esta excelente publicação.

O tema da ação afirmativa, presente desde o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra em São Paulo e da Sedepron no Rio de Janeiro, ganha um importante impulso a partir do momento em que tal ideia começa a ser pensada de maneira mais sistemática no início dos anos 90. O seminário *Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos* tinha como proposta exatamente discutir a viabilidade destas políticas no contexto brasileiro. Não é lugar aqui para avaliar o grau de abrangência esperado e obtido em torno destas políticas. No caso em questão chama a atenção que este amplo conjunto de mudanças provoca questionamentos profundos no conjunto da militância negra. As mobilizações, marchas e processos de organizações resumidamente descritas acima – houve uma centena de outras, de caráter localizado – traduzem exatamente o meio pelo qual a política dos movimentos negros é conduzida no embate com os poderes estatais. Ao mesmo tempo, tal dinâmica modifica e desafia a própria maneira como as organizações negras pensam a si mesmas.

A Seppir e outros órgãos existentes na estrutura do Estado nos dias atuais ligados aos negros representam simultaneamente um avanço e um paradoxo na política negra brasileira atual. O avanço pode ser expresso na incorporação de uma *agenda racial* pelo poder público, cuja expressão mais forte são as políticas de ação afirmativa. O paradoxo é que ao desenvolver uma *agenda racial* o Estado parece sinalizar para uma aparente resolução ou, pelo menos, para uma pacificação do conflito racial inscrito em sua própria estrutura. Em outros termos, não está claro qual o caminho que os movimentos negros passarão a adotar neste sentido.

O fato é que não há como retroceder do ponto de vista dos compromissos assumidos até então. Vejo também como um desafio o debate em torno da implementação das políticas de ação afirmativa no mercado de trabalho para a população negra. Tal mudança de foco fará com que a relação movimentos negros/Estado caminhe mais firmemente para decisões no campo da política econômica. Isso implica que o movimento social – dentro ou fora das estruturas do Estado – desenvolva mecanismos de cobrança e *accountability* do quanto se pretende investir com políticas nesta área.

## CONCLUSÃO

Com tranquilidade é possível afirmar que os movimentos negros têm sido um dos movimentos sociais mais vitoriosos nos últimos anos na defesa e promoção das demandas da população negra. Os avanços da militância nas reivindicações junto ao poder público ainda não significaram uma reversão social do padrão de vida dos negros brasileiros, nem mesmo de pequenos segmentos desta população. O debate sobre desigualdades raciais não pode ser plenamente entendido se olharmos somente para os efeitos causados entre os negros. Na verdade, há um entrelaçamento de diversos outros fatores que mantém os padrões gerais de desigualdades sociais constantes entre os vários grupos na sociedade. Por esta razão é que políticas sociais de redução das desigualdades raciais precisam ser combinadas com políticas sociais de redução de pobreza para todos os grupos. Isso também significa a ampliação de investimentos na requalificação da mão de obra de negros e não-negros e de uma mudança profunda nos investimentos em educação, desde o nível fundamental até a pós-graduação. Países como Japão, Estados Unidos e Coreia do Sul exemplificam exatamente a reversão de seus padrões sociais a partir do investimento massivo em educação aliado ao desenvolvimento industrial e tecnológico.

Os últimos 20 anos testemunharam transformações profundas na relação movimentos negros/poder público, como se tentou mostrar acima. Além do mais, este movimento social foi o grande responsável pela mudança de paradigma no âmbito das relações raciais no Brasil, mais concretamente na disseminação popular de que o racismo continua a ser uma realidade e na deslegitimação da ideologia que o sustenta: o *mito da democracia racial*. Isso não significa necessariamente mudanças profundas no dia a dia das pessoas. Em outros termos, a prática da discriminação racial continua em curso e provocando diversos prejuízos a quem a sofre. Desde aqueles de ordem psíquica até os de ordem sócio-econômica, como acesso a emprego e alocação profissional. No entanto, o imaginário social sobre a população negra tem sofrido paulatinas mudanças.

A criação de órgãos e secretarias visando o combate ao racismo atesta o grau de maturidade institucional e política dos movimentos negros. Seus ganhos podem ser descritos na maneira pela qual a sociedade brasileira encara o problema do racismo e vincula seus avanços com os

movimentos negros. Do mesmo modo que a democracia existente hoje é mais sólida e sensível às disparidades raciais, apesar de todas as suas imperfeições e contradições. Por outro lado, os movimentos negros não têm sido capazes de renovar suas bases à altura de suas demandas, levando a um constante distanciamento de seus beneficiários.

As *ondulações movimentalistas* dos movimentos negros mencionadas no início deste texto nos servirão de exemplo para concluí-lo. Metáfora tomada de empréstimo de Sidney Tarrow a partir da ideia de “ciclos de protestos” e mais apropriadamente as “ondas de contestação”, na reinterpretação de Ruud Koopmans (2004), as *ondulações movimentalistas* dos movimentos negros não seguem uma via linear de ação. Pelo contrário, sua história recente mostra que seus ativistas e apoiadores têm sabido diversificar e garantir conquistas em prol da *igualdade racial*, mesmo que esta permaneça no terreno da utopia e como um horizonte político a ser perseguido. Cabe ao próprio movimento, com o suporte do poder público, a tarefa de aproximar mais estas diferentes esferas de atuação a fim de que os resultados da *política negra* se façam sentir efetivamente na comunidade negra, auxiliando na modificação dos lugares sociais ocupados pela imensa maioria destes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amílcar (Orgs.). *Histórias do Movimento Negro: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.
- CARDOSO, Marcos A. *O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998*. Belo Horizonte: Mazz Edições, 2002.
- COSTA, Sérgio. “A construção sociológica da raça no Brasil”. Rio de Janeiro: *Estudos Afro-Asiáticos*, número especial, 2002.
- DAVID, S, SARAH, S, and HANSPETER K (eds.) “Mapping the Terrain”. In.: *The Blackwell companion to social movements*. Malden, MA: Blackwell Pub., 2004.
- D’Adesky, Jacques. *Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: racismo e antirracismo no Brasil*. – Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2001.
- DOMINGUES, Petrônio J. *Uma História Não Contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

- DOMINGUES, Petrônio. “Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos”. *Tempo*, Revista do Departamento de História da UFF, v. 12, 2007.
- FERREIRA, Maria Cláudia C. *As Trajetórias Políticas de Correia Leite e Veiga dos Santos: consensos e dissensos no movimento negro paulistano (1928-1937)*. Dissertação de mestrado em história, UERJ, 2005.
- FRY, Peter. *A Persistência da Raça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GUIMARÃES, Antônio S. *Racismo e antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999.
- HANCHARD, Michael G. *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*; tradução de Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- . *Ações Afirmativas e o Debate sobre Racismo no Brasil*. In.: Revista Lua Nova, São Paulo, nº 68, 2006.
- . 1999. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. Dissertação. São Paulo: USP.
- LINDGREN Alves, José Augusto. *Relações Internacionais e Temas Sociais: A Década das Conferências*. Brasília, FUNAG/IBRI, 2001.
- MACEDO, Márcio. *Abdias do Nascimento: a trajetória de um negro revoltado (1914-1968)*. São Paulo. Dissertação de mestrado em Sociologia. FFLCH/USP, 2006.
- MAIO, Marcos C. & MONTEIRO, S. “Tempos de racialização: o caso da ‘saúde da população negra’ no Brasil”. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Ago 2005, vol.12, no.2, p.419-446.
- PEREIRA, Amauri Mendes. *Três Impulsos para um Salto: trajetória e perspectivas do movimento negro brasileiro*. Rio de Janeiro, UERJ, 2006.
- . *Para Além do Racismo e do Antirracismo: a produção da cultura de uma cultura de consciência negra na sociedade brasileira*. (Tese de doutorado em ciências sociais. Rio de Janeiro, UERJ, 2006).
- PINTO, Regina Pahim. *O movimento negro em São Paulo: luta e identidade*. Tese de Doutorado. PPGAS/USP, 1993.
- SANTOSA, Marcio André O. *A Persistência Política dos Movimentos Negros Brasileiros: processo de mobilização à III Conferência Mundial das Nações Unidas Contra o Racismo*. Dissertação de mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

- SANTOSb, Ivair A. *O Movimento Negro e o Estado (1983-1987)*.  
Dissertação de mestrado em ciência política, Campinas, Unicamp, 2001.
- SANTOSc, Joel Rufino. *Atrás do Muro da Noite: dinâmica das culturas afrobrasileiras*. Brasília: Ministério da Cultura / Fundação Cultural Palmares, 1994.
- \_\_\_\_\_. “O Movimento Negro e a Crise Brasileira”. In: *Política e Administração*. Rio de Janeiro, Fundação Escola e Serviço Público, v. 2, jul-set 1985, PP. 285-308. Edição especial: Movimentos sociais no Brasil.
- SILVA, Joselina da. *União dos Homens de Cor: uma rede do movimento negro após o Estado Novo* (Tese de doutorado em ciências sociais, Rio de Janeiro, UERJ, 2005).
- WINANT, Howard. *The world is a ghetto: race and democracy since World War II*. New York: Basic Books, 2001.
- TARROW, Sidney G. *Power in movement: social movements, collective action and politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- Kossling, Karin S. *As Lutas Antirracistas de Afro-descendentes sob a Vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)* (Dissertação de mestrado em história, USP), 2007.
- KOOPMANS, Ruud. *Protest in Time and Space: The Evolution of Waves of Contention*. In: *The Blackwell companion to social movements*. Malden, MA: Blackwell Pub., 2004.